

Ponha-se no seu lugar

Um dia, a cidade onde você mora desde tempos imemoriais é invadida por seres mais “civilizados”. À força de armas poderosas que você jamais viu ou sonhou, seu povo é expulso. Quem resistir morre, quem não resistir morrerá a seguir de doenças desconhecidas, fome ou tristeza. Outros vagarão.

Dirão que sua música é bárbara e bárbara a vida — feliz — que você leva há milênios! Você trabalhava para si, passará a trabalhar para “eles” — e xingarão os arredios de vagabundos.

De repente lhe imporão conceitos revolucionários: morais, econômicos, do simples cotidiano etc. Zombarão de suas crenças, jogarão no lixo tudo aquilo que fez de você um Homem digno deste “jardim de Tupã”.

Chamarão a isto de nomes bonitos como Progresso, Interesse Nacional, Processo Civilizatório. Batizarão ruas e praças públicas com o nome do povo extinto, em homenagem.

Em Vilhena, ainda não há uma “Rua Nambiquara”. Mas o índio já figura na capa da lista telefônica. Eram 20 mil no começo do século, estão reduzidos a 650. Alguém vai mover uma palha para impedir o resto do extermínio?



Vincent Carelli e Milton Severiano MÃO BRANCA CONTRA O POVO CINZA

Vamos matar este índio?



CEDI - P. I. B.
DATA 02, 09, 86
COD NAD 27

Vincent Carelli e Milton Severiano

MÃO BRANCA CONTRA O POVO CINZA

Vamos matar este índio?

80

Capa
Ary Normanha
Foto
Vincent Carelli

Edição de Texto
Milton Severiano da Silva

Projeto Gráfico
Virginia Fujiwara

Revisão
Júlio Cesar Garcia

Fotos
Vincent Carelli

Esta publicação foi
elaborada pelo

centro de trabalho
INDIGENISTA





APRESENTAÇÃO

Aqui está a descrição do assassinio de um Povo. Por motivo de comunicação urgente saiu uma narrativa bem curta e numa linguagem de fácil entendimento. Não é nenhuma ficção. Tudo se fundamenta em documentação abundante e terrivelmente verdadeira.

O que é grave aí é que esta história é apenas uma pequena parcela da nossa História do Brasil. E são também brasileiros os envolvidos como autores do extermínio. Os fatos não são de séculos remotos. São fatos de agora. E não se trata de um caso isolado de índios Nambiquaras do Vale do Guaporé. Na realidade não há grupo indígena no País que não esteja sofrendo algum conflito grave por causa de suas terras.

A guerra de extermínio, outrora declarada em nome do direito do extinto Reino de Portugal, é a mesma guerra que hoje está destruindo os remanescentes povos indígenas do Brasil em nome do direito ao Desenvolvimento Econômico apoiado na Segurança Nacional.

E como em quase toda guerra o fim justifica os meios, nesta já foram usadas todas as armas: os cães, os laços, a Winchester 44, a metralhadora, o napalm, o arsênico, as roupas contaminadas com varíola, as pressões político-empresariais no gabinete do Ministério do Interior, o protecionismo oficial entreguista, as mentirosas certidões negativas, as transferências e deportações, a estrada e a cerca, a derrubada e o fogo, o capim e o boi, as declarações oficiais e os oficiais desmentidos, os expurgos e as nomeações no Órgão tutelar, os decretos de direito e suas anulações de fato. Numa palavra: a impostura.

Em toda guerra, depois de um tempo de total desinformação e confusão, chega a hora da clareza e da verdade. Esta hora já está chegando para nós. Por isso é necessário a comunicação rápida como a que está tentando esta brochura.

Neste sentido eu chamo a atenção do leitor para a linha divisória que se torna bem visível neste conflito de extermínio de ontem e de hoje. De um lado estão as grandes Empresas nacionais e multinacionais apoiadas num governo elitista e classista e do outro lado estão os índios e os seus novos aliados cada vez mais numerosos aqui no Brasil como no resto do mundo.

Não há meio termo. E a meu ver o que está em jogo não é simplesmente a sobrevivência de alguns milhares de índios, mas o próprio espaço de vida humana, de dignidade, de amor e de verdade.

A salvação de grupos indígenas como este povo Nambiquara tem o valor de símbolo com relação ao futuro de nossa Humanidade. Ou recuperaremos um lugar de liberdade para um viver pluralista, ou seremos todos subjugados como escravos do único Deus-Bezerro-de-Ouro.

Se perdermos esta guerra então se cumprirá a profecia do povo de Etreka:

“Se a mão branca profanar a morada dos espíritos, acabará o mundo”.

Não é só o mundo Nambiquara, com certeza.

Goiás, 1.º de junho de 1980

Dom Tomás Balduino
Bispo de Goiás



Foto: Major Thomaz Reis

O encontro com o general Rondon, 1910.

1

DUZENTOS ANOS RESISTINDO

Primeiro, aqui era só índio. Não tinha americano, brasileiro, Funai, nada. Aí chegou o missionário americano, em 1964. Passaram três luas, veio o brasileiro: máquina, trator, caminhão. Fizeram estrada, derrubaram muito pau, botaram fogo e começou: capim, capim, capim, caminhão, vaca, vaca, fazenda, arame, arame. Para desgraça dos Nambiquaras, era finalmente o "civilizado" entrando em seus domínios milenares.

O Vale do Guaporé, matas exuberantes entre Brasil e Bolívia, atrai a cobiça dos exploradores desde o começo do século 18. Mas, por mais de 200 anos os guerreiros Nambiquaras mantiveram a mão branca afastada de suas riquezas. Só o negro, escravo fugido das minas de ouro coloniais, penetrava a mata virgem para disputar mulheres índias, fundando quilombos.

Ao branco, índio não dava descanso: por décadas saquearam, sistematicamente, a capital da província — Vila Bella de Mato Grosso — na confluência dos rios Guaporé e Sararé. O sonho era transformar Vila Bella no "verdadeiro

coração" da América Latina, com a ligação do rio Guaporé ao rio Madeira após a construção da ferrovia Madeira-Mamoré. Mas a dupla Índio Bravo e Malária continuava um pesadelo, desde 1750. Vila Bella ficou lá e o velho sonho caiu no esquecimento.

2

A LINHA- FANTASMA

Já na República, 1908, a Comissão Rondon conseguiu ligar o Sul ao Madeira, mas passando ao largo do Guaporé, pela Chapada dos Parecis. Ao longo da linha telegráfica implantada, só se podia trafegar com tropas de carga. E ainda uma vez o Nambiquara do Guaporé repeliu a investida branca, pondo em fuga seringueiros que ousaram descer o Vale. Os civilizados tornariam a insistir (e fracassariam de novo) na segunda "febre da borracha", entre as décadas de 40 e 60.

E a linha de Rondon continuou sendo, desde sua instalação, uma linha-fantasma. Raros funcionários, espalhados pelos postos de telégrafo, anos a fio isolados.

3 INVADIDOS PELA BR-364

O grande azar do povo cinza foi a BR-364, rodovia Cuiabá-Porto Velho, rasgada a partir de 60 e transitável em 63. Ela escancarou o noroeste do Mato Grosso à ocupação branca, voraz: antes que o primeiro caminhão trouxesse a primeira máquina, no papel o Vale do Guaporé já tinha vários "donos" — menos, é claro, os que ali viviam há milênios.

Estradas, campos de aviação, derrubadas, capim, vaca, arame. Ao fim de um ano dá-se o primeiro contato com um grupo Nambiquara do Vale. Ao fim de sete anos, 8 grupos em contato — principalmente com missionários americanos: Mamaindê, Negarotê, Alantesu, Hahaintesu, Wasusu, Alakatesu, Waiksu e os índios do Sararé.

Os contatos foram chamados de "pacíficos", mas...

4 MASSACRE EM SARARÉ

O que se sabe é que se sabe muito pouco sobre esses primeiros contatos entre Nambiquaras e empresas

agropecuárias. Basta dizer que o órgão oficial de proteção aos índios não estava presente na região.

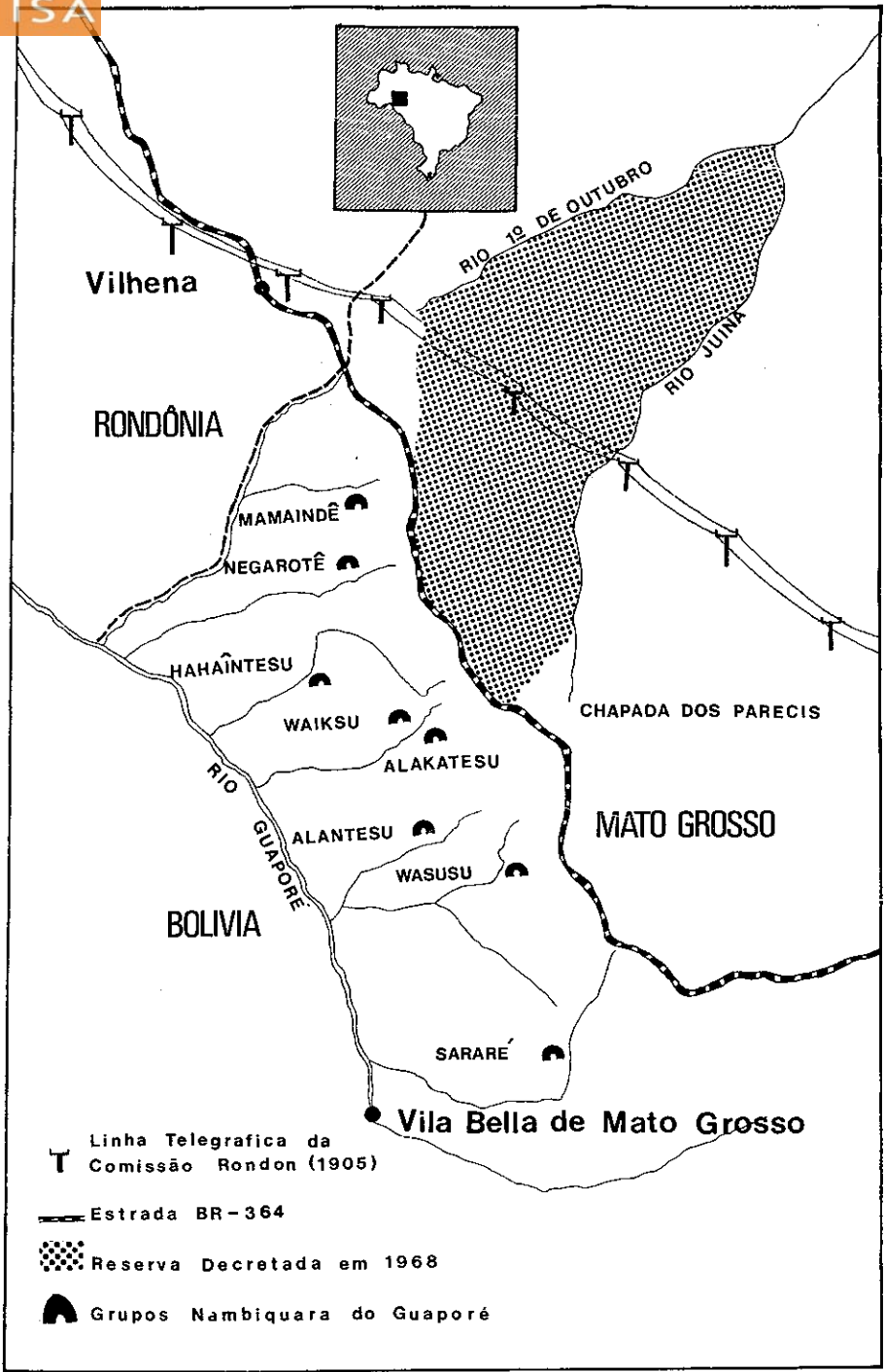
Dentre os poucos episódios conhecidos, o tratamento dado a alguns que recusaram o contato "pacífico". Aconteceu em fins de 67. Seis índios, homens e mulheres, foram trucidados por indivíduos armados, que invadiram uma aldeia do Sararé ainda arredia, perto de Vila Bella.

Tem-se notícia de que, em janeiro de 68, um tenente-coronel comandante da 9.ª Região Militar apurava o crime.

5 SAI SPI, ENTRA FUNAI

Na mesma época, dezembro de 67, enquanto extinguiu o Serviço de Proteção ao Índio por escandalosa corrupção e outros crimes contra os indígenas, o governo já esboçava o Estatuto da FUNAI — Fundação Nacional do Índio.

A nova política era "explorar" as riquezas da Amazônia, mesmo que para isso fosse preciso arrancar Etreka e sua gente das casas que habitavam desde quando nasceram das cinzas — 30 mil anos atrás?



T Linha Telegrafica da
Comissão Rondon (1905)

— Estrada BR-364

Reserva Decretada em 1968

Grupos Nambiquara do Guaporé

Assim, "por interesses nacionais", passou a ser legal transferir o índio mesmo que morra. Etreka, um Wasusu, tem 40 anos e se lembra de tudo, pois quando "civilizado" chegou era um moço de 24 anos.

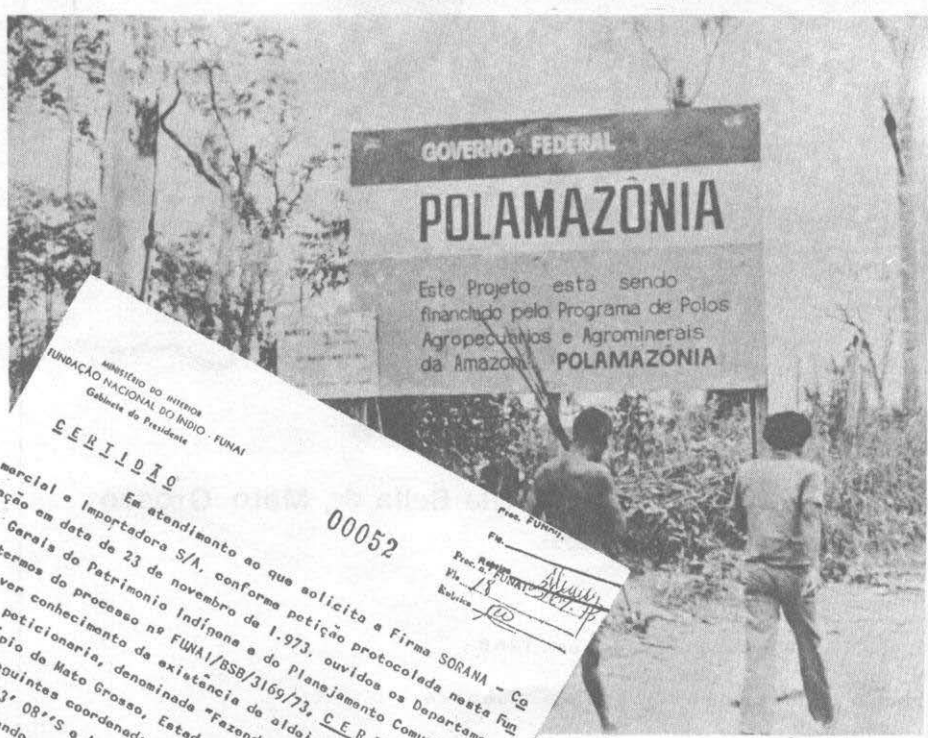
Os Nambiquaras foram dos que mais sofreram nas mãos do novo órgão protetor dos índios. Primeiro a Funai criou a Reserva Nambiquara. Quanta generosidade! Nada menos que 1 milhão de hectares, ou 10 mil quilômetros quadrados. Do tamanho de alguns países do mundo, como Chipre ou Líbano ou Jamaica. Generoso e cruel:

a reserva decretada em outubro de 68 não ficava no Vale do Guaporé, mas sim na Chapada dos Parecis, lugar habitado por apenas 1 em cada 10 Nambiquaras — pudera, em lugar 70 por cento coberto de terras áridas, cerrado e areia.

Boa pergunta seria: por que não ficaram os brancos com a chapada? Nambiquara ali morreria à míngua, trazendo para sua nação, em 1970, um título: miserável entre os miseráveis.

A FUNAI, órgão do governo, fornece a certidão "negativa" atestando que na terra do índio não há índio.

Outro órgão oficial, SUDAM, financia as obras.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

CERTIDÃO

00052

Es atendimento ao que solicita a Firma SORANA - Co
mercial e Importadora S/A, conforme petição protocolada nesta Fun
dação em data de 23 de novembro de 1.973, ouvidos os Departamen
tos Gerais do Patrimônio Indígena e do Planejamento Comunitário,
nos termos do processo nº FUNAI/BSB/3169/73, **CERTIFICADO**
não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas na
área da petição, denominada "Fazenda Amburana", localizada
no município de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso, localizada
de pelas seguintes coordenadas geográficas: **LATITUDE**
00° 14' 03" 00" S e **LONGITUDE** de 59° 36' 16"
SR., não havendo as consequências restritas
ção de mencionada área pela Fir
ará fô perante a Superint
e - SUDAM, de acor
1.968, do c

Proc. FUNAI
Fls. 18
Rubrica

6

“BIAFRA BRASILEIRA”

Apenas 9 dias depois da criação da Reserva, a FUNAI dá início à distribuição de certidões negativas atestando que não havia índios no Vale, documentos necessários para que empresas daqui e do mundo viessem engordar na terra Nambiquara, instaladas com dinheiro público, através dos chamados incentivos fiscais da SUDAM (Superintendência

para o Desenvolvimento da Amazônia). Nas certidões, a FUNAI ainda se comprometia com os fazendeiros a transferir o povo de Etreka para a chapada inóspita, do outro lado da BR-364!

O processo marchou a toque de caixa quando o coronel Costa Cavalcanti assumiu o Ministério do Interior, e o general Bandeira de Melo, a presidência da FUNAI. Um dos beneficiados seria o próprio filho do ministro, do Grupo Sapé. E, nos dois anos que vão de 70 a 71, o Vale inteiro já estava tomado pela pecuária:

1	Colonizadora Guaporé	1968
2	Estrela do Guaporé Florêncio Bonito S.A.	1968
3	Nomura Agropecuária S.A.	1968
4	Vale do Guaporé	1969
5	Sapé Agropecuária S.A.	1969
6	Leo Maniero	1970
7	Kananxuê	1970
8	Agrorio, Agropecuária do Rio S.A.	1970
9	Baguá S.A.	1970
10	Galera S.A.	1970
11	Gabixi	1970
12	Companhia Guaporé-Bonguapé	1971
13	Cerro Azul	1971
14	Agropecuária União S.A.	1971
15	Guaporé Galera S.A.	1971
16	Nambiquara Ltda.	1971
17	Itapicuru S.A.	1971
18	Edmundo José Rodrigues	1971
19	Albino Villa	1974
20	Sorana S.A.	1974
21	Confap — Cia. Nova Fronteira	1976
22	Confap — Cia. Nova Fronteira	1979

A catástrofe chegou logo. No Natal de 71, equipes da FAB e da FUNAI tiveram de resgatar de helicóptero os índios dispersos pelo Vale. O que tinha escapado da fome, agora pegou a doença de branco para a qual não tem defesas: sarampo. Na epidemia, morreu toda a população Nambiquara menor de 15 anos.

7 OU VERGONHA PARA A HUMANIDADE?

Derrubadas, peões, arame — os índios que andavam nus, e

ainda hoje caçam e pescam de arco e flecha, conheceram de repente tudo. Atraídos pelo movimento eles rondavam os empreendimentos e os fazendeiros preferiam alimentá-los a deixá-los plantar para que fossem logo transferidos dali. Os índios começaram a morrer de gripe e malária, abandonaram suas roças, entregaram-se. Vendo aquilo, um médico enviado pela Cruz Vermelha Internacional declarou em 73:

— A vida desses índios é uma vergonha não só para o Brasil, mas para a humanidade.

**Cenas de 1971:
a FAB salva os que escaparam
do sarampo e da fome.**





Foto: Agência OESP

BRASÍLIA, 30 -- INDIO NHAMBIGUARA - O
"BIAFRA" BRASILEIRO (FOTO OESP)

8 DE VOLTA PARA CASA

Diante do desastre, a FUNAI resolve carregar no mesmo ano os Mamaindês, Negarotês, Alantesus e Wasusus para a Reserva, no cerrado. Mas muitos se negam à mudança. Os que aceitam, se arrependem:

— Plantamos tudo, cará, batata, milho, mas não deu nada. A terra não presta.

Desorientados e com fome, os índios começam a procurar por conta própria o caminho de suas antigas moradas. Até fins de 74, todos os Alantesus e Wasusus estão de volta ao Vale do Guaporé. Os Mamaindês e Negarotês, sob pressão da FUNAI, continuam na Reserva. Mas vão pescar, caçar e cultivar seus roçados no Vale, em terras que a lei branca lhes tirou por interesse "nacional".

9 SEGUNDA TRANSFERÊNCIA

Estamos na passagem do governo Médici para o governo Geisel, quando assume a FUNAI o general Ismarth de Oliveira. Ele, empenhado em criar nova imagem após a desmoralizante gestão Bandeira de Melo, promete corrigir erros e cria o Projeto Nambiquara, coordenado pelo antropólogo americano David Price.

Uma área ao sul do vale é então interditada. Como em todas as transferências, os fazendeiros prestam inestimável ajuda, colocando à disposição aviões, gasolina, mantimentos e roupas para os índios: tomara que desta vez não voltem mais.

Transferidos à força, os Hahaintesus voltaram e reconstruíram suas casas no mesmo lugar, agora cercado pelo pasto.



10 PARA CASA DE NOVO

O general Ismarth não fez mais que repetir erros e assinar mais certidões negativas, que negavam a realidade: certidão concedida à Sorana, em julho de 74, declarou vazia de índios a região dos Alakatesus e Waikusus, retirados de avião para a área interdita do Sararé apenas em dezembro daquele ano.

Mais Nambiquaras morreram, e, de novo por conta própria, os que sobraram reiniciaram peregrinação de volta a suas malocas.

11 ORELHA FURADA

Foram os guias índios do marechal Rondon que deram o nome Nambiquara ao povo cinza. Nambiquara em tupi é "orelha furada". Mas o povo de Etreka costuma furar também os lábios e o nariz, onde enfia tembetás de madeira. Usa carvão no rosto e costuma ainda dormir sobre uma mistura de cinzas e areia branca. Seus mitos de origem contam que os Nambiquaras nasceram das cinzas.

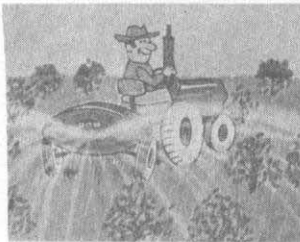
A nação pertence a um tronco lingüístico único e espalha-se por uma área de 50 mil quilômetros quadrados, 5 vezes maior que a primeira reserva tão gentilmente cedida a eles. Dividem-se em 3 grandes famílias: os Nambiquaras do cerrado, que habitam a Chapada dos Parecis; os da Serra Norte; e os do Vale do Guaporé.

A população estimada por Rondon no começo do século era de 20.000 Nambiquaras. População em 1980: 650 Nambiquaras, 250 deles no Vale. Acabam-se.

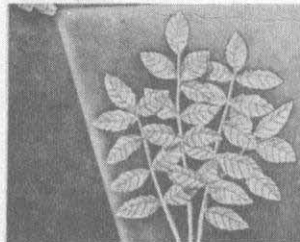
Pedro, aos 12 anos, acaba de passar por sua iniciação: furou o lábio e o nariz.



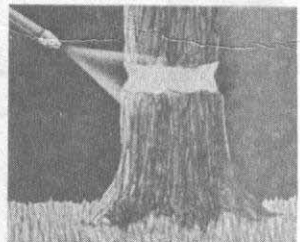
Cadê o mato que estava aqui? Tordon*101 BR matou.



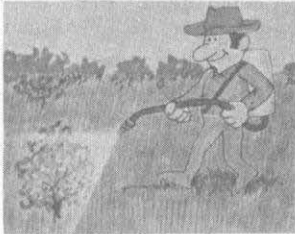
Aplicação total



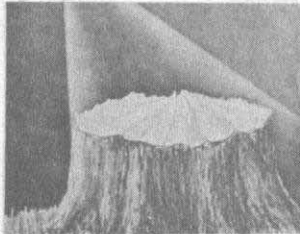
Aplicação foliar



Aplicação em anéis



Aplicação dirigida



Aplicação no toco

pulverizar a área do corte com o herbicida até o ponto de escorrimento. Sempre que possível, rachar os tocos verticalmente antes de pulveriza-los: isto servirá para uma ação e um aproveitamento maiores do herbicida na planta.
Aplicação em anéis de corte ou incisões - Fazer um anelamento na planta na altura de 30 ou 40 cm do solo e aplicar o herbicida até o ponto de escorrimento, logo após o corte.

Método de aplicação de Tordon*101 BR.

Em áreas densamente povoadas de ervas daninhas, usar uma aplicação total. Quando as plantas daninhas estiverem circunscritas a pequenas áreas ou reboleiras, fazer uma aplicação dirigida (catação).

A aplicação foliar deve ser realizada quando as plantas daninhas estiverem crescendo ativamente. Aplicar o herbicida molhando bem toda a folhagem da planta.

Aplicação no toco - Este método consiste em cortar o tronco da árvore ou dos arbustos o mais rente possível do solo. Imediatamente,



Apresentação: Tordon* 101 BR Balde de 20 litros

Anúncio de Tordon-101 feito em 1979

12 MALOQUEIROS SEM-VERGONHA

Eles sempre se distribuíram em grupos pelo Vale, cada um à beira de um afluente do rio Guaporé. A distribuição atende a um equilíbrio mantido há milênios e o relacionamento sempre oscilou entre a guerra, seguida da reaproximação para os casamentos intergrupais.

Cada grupo tem seu lugar de caçar, pescar, tirar cipó, enterrar os mortos, construir

malocas; cada um, seus espaços sagrados como nascentes e cavernas, onde moram os espíritos de seus antepassados.

O Vale foi repartido em "propriedades", e seus "proprietários" chamam Etreka de "maloqueiro sem-vergonha", tratam-no como a um bicho qualquer, zombando e dando tapinhas às vezes agressivos. Índio-objeto.

Humano de outra dimensão, Nambiquara continua enxergando seu lugar com os mesmos olhos, visitando espíritos e atravessando "propriedades" inteiras em



busca de certos pontos, cada vez mais raros, de caçada. Sobre esteiras, os tratores avançam.

13 SURGE UMA ARMA PROIBIDA

Nas aldeias do Sararé, os bosques de mangabeiras foram destruídos certo dia por uma ventania, que arrastou nuvens de **Tordon 155-BR** — poderoso desfolhante produzido pela Dow Química, famoso como Agente

A lata, usada para carregar água, é de **Tordon-155**, proibido desde 1977. No detalhe: estoque de perigoso **Tordon-101**, na Fazenda Vale do Guaporé.

Laranja na guerra do Vietnã. O agente havia sido jogado de avião para desmatar a área. E só deixaria de ser usado em 77, com sua proibição oficial.

Em lugar do perigosíssimo **Tordon 155-BR**, passaram a usar o muito perigoso **Tordon 101-BR**. Ficaram freqüentes também as epidemias de disenteria causada pela contaminação dos rios.

14

EXEMPLOS DE OUTRAS PERSEGUIÇÕES

Os grupos que voltaram para casa encontraram fazendeiros raivosos. Os Hahaintesus reconstruíram a maloca a 50 metros do campo de aviação, na fazenda Zillo-Lorenzetti. As casas foram cercadas de arame farpado, para proteger os índios das vacas — ou as vacas dos índios? O administrador da fazenda chegou a pulverizar semente de capim, de avião, nas derrubadas Nambiquaras, para o capim afogar suas roças.

Outros grupos viram o gado invadir e destruir suas plantações.

Na fazenda Vale do Guaporé, o administrador Max Mosman, deu ordens para que a equipadíssima enfermaria recusasse atender duas índias que chegaram com pneumonia. Morreram.

15

EXTERMINIO "BRANCO"

Extermínio, como anotaria documento do próprio Conselho de Segurança Nacional. Mas extermínio "branco": arame, Tordon, doenças.



— É a mais violenta situação de contato entre povos que já vi.

Espantou-se o antropólogo Pedro Agostinho, da Universidade Federal da Bahia, chamado pela FUNAI para avaliar a situação. Enquanto os tratores iam e vinham, a FUNAI, em apuros para explicar o que havia de errado com os pobres Nambiquaras, abre suas portas para o diálogo: em dezembro de 75, convocou uma reunião de especialistas, mais de 30 deles, do Brasil e do mundo, para debater o assunto! Felizmente chegaram a uma conclusão:



Desmatamento a 600 metros da aldeia.

- a) paralisar a expansão das agropecuárias, através de contestações jurídicas de sua posse sobre aquelas terras;
- b) assegurar para os índios a área interdita.

A FUNAI, com isso, resolveu pelo menos o seu problema: desviou as atenções, e os Nambiquaras sumiram do noticiário. Mas a área interdita até hoje espera decisão judicial, e os fazendeiros protestam na justiça exibindo certidões negativas nada católicas — aquelas que a própria FUNAI assinou.

16 ENQUANTO ISSO, NO VALE...

De 76 em diante, todo ano "grupos de trabalho" se deslocam para a região Nambiquara com propostas de demarcação de reservas que os fazendeiros recusam, empilhando processos na FUNAI. Enquanto isso, vão desmatando bem depressa. O administrador da Estrela do Guaporé diz que acelerou as derrubadas após entendimento verbal com o coordenador do Projeto Nambiquara em Cuiabá, Sr. Fritz Tolksdorf. Eles se entenderam assim:

— Então não há problema? — disse o administrador.

— O senhor, deixando uma área de 600 metros longe da aldeia, não há problema nenhum em derrubar porque não vai atrapalhar a situação do índio — disse o coordenador do Projeto Nambiquara.

Hoje em dia, da casa dos Alantesus se ouve a zoadá contínua de tratores, caminhões e moto-serras se aproximando.

Uma demarcação, a última possível, foi iniciada afinal em 78 e torpedeada várias vezes pelos fazendeiros. Querem renegociar os limites a cada passo. A demarcação não garante a sobrevivência cultural

do Nambiquaras. São áreas reduzidas, sem território contínuo entre as malocas, e apenas para os grupos Hahaintesu, Alantesu, Negarotê e Wasusu.

Acossados pelos fazendeiros, os Hahaintesus acabaram reduzidos a 22 mil hectares entre uma fazenda de 100 mil (Zillo-Lorenzetti) e três fazendas de 400 mil (Cofap, Confap e Conguape).

Os Alantesus e os Negarotês, ficaram com 12 mil hectares cada; e os parentes de Etreka, os Wasusus, com 13 mil. Umas 50 vezes menos do que tinham!

17 DEPUTADO-FAZENDEIRO AMEAÇA

Quando o Brasil passou de Geisel a Figueiredo, a FUNAI passou do general Ismarth ao coronel Nobre da Veiga, logo presenteado com dois problemas: 1) os Mamaindês voltaram ao norte do Vale e foram ameaçados de morte pelos fazendeiros De Luca e Mário Marimoto (este, deputado federal pelo PDS paulista);

2) empreiteiros do fazendeiro Hélio Pereira de Moraes espancaram dois parentes dos Waikus e Alakatesus que continuam sem terra.

18 PIADA DE FAZENDEIRO

Edmundo José Rodrigues, fazendeiro, residente em Cuiabá, na rua Comandante Costa, proprietário de 3 fazendas no Vale do Guaporé, escreveu em janeiro de 1980 uma carta ao presidente da FUNAI. [Faltam qualificativos para tal carta.] O Sr. Edmundo quer que a FUNAI reduza uma área reservada para os índios, de 22.500 para apenas 5.000 hectares, onde vêm vivendo 50 Hahaintesus.

Por quê? Porque a área interdita para demarcação está dentro das terras "legitimamente tituladas" em nome do fazendeiro. Também porque duas outras agropecuárias, Confap e Zillo Lorenzetti, conseguiram escapar à interdição.

Mas o que chega a parecer piada de humor negro, e mostra a que ponto os fazendeiros podem torcer a verdade para se livrar dos Nambiquaras; nunca houve índios no Vale do Guaporé; foram os fazendeiros — afirma o sr. Edmundo — os que penetraram vale adentro; os índios vieram atrás, aproveitando as estradas e pontes que nós construímos e conservamos!

19 A ESTRADA E O FIM DO MUNDO

Antes que a FUNAI resolva demarcar as reservas do Guaporé, ameaça definitiva pesa sobre a gente de Etreka: o asfaltamento da BR-364, financiado pelo Banco Mundial.

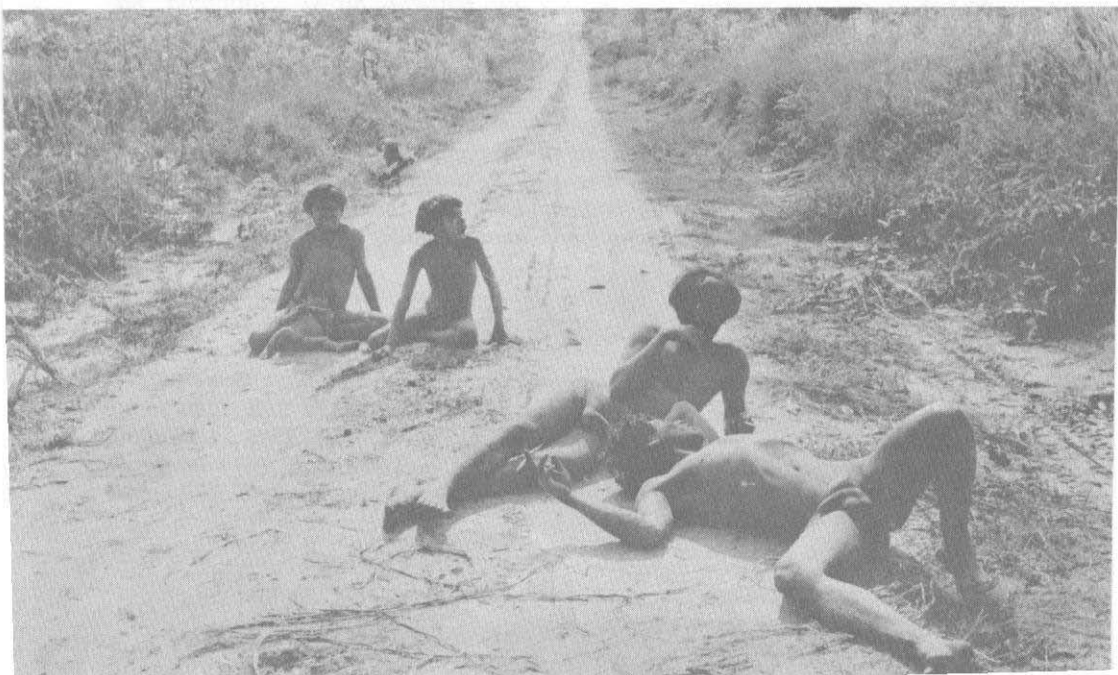
Em cima do asfalto chegarão correndo colonos e camponeses sem terra, para terminar de invadir o que restou aos índios. A fim de facilitar o extermínio, os nossos ministérios de desenvolvimento vão desviar a estrada de cima da Chapada dos Parecis, para dentro do Vale do Guaporé. O novo traçado passará lambendo as reservas dos Hahaintesus, Alantesus e Wasusus. Pior ainda, passará bem por cima de

uma maloca do Sararé e vai atropelar adiante os Alakatesus e Waikusus.

O Banco Mundial, sem dúvida, é outra generosidade — afinal somos todos cristãos: os banqueiros dão dinheiro para a estrada desde que os fazendeiros preservem os índios e a ecologia. Será? Sobreviverão os últimos Nambiquaras? Ou serão até suas relíquias arqueológicas destruídas, com suas pinturas gravadas nas rochas, trituradas na betoneira?

Esta história sórdida ainda não terminou. A profecia do povo de Etreka reza que, se a mão branca profanar as moradas dos espíritos, acabará o mundo. O mundo Nambiquara com certeza.

**Brevemente aqui, asfalto.
Ou não?**



ANEXOS

EXMO. SR.
DR. ROBERT McNAMARA
PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL
WASHINGTON — DC

Senhor Presidente:

Os abaixo assinados, membros de entidades dedicadas à defesa e proteção do índio no Brasil, vêm pelo presente expor a situação do povo Nambiquara ameaçado de extermínio.

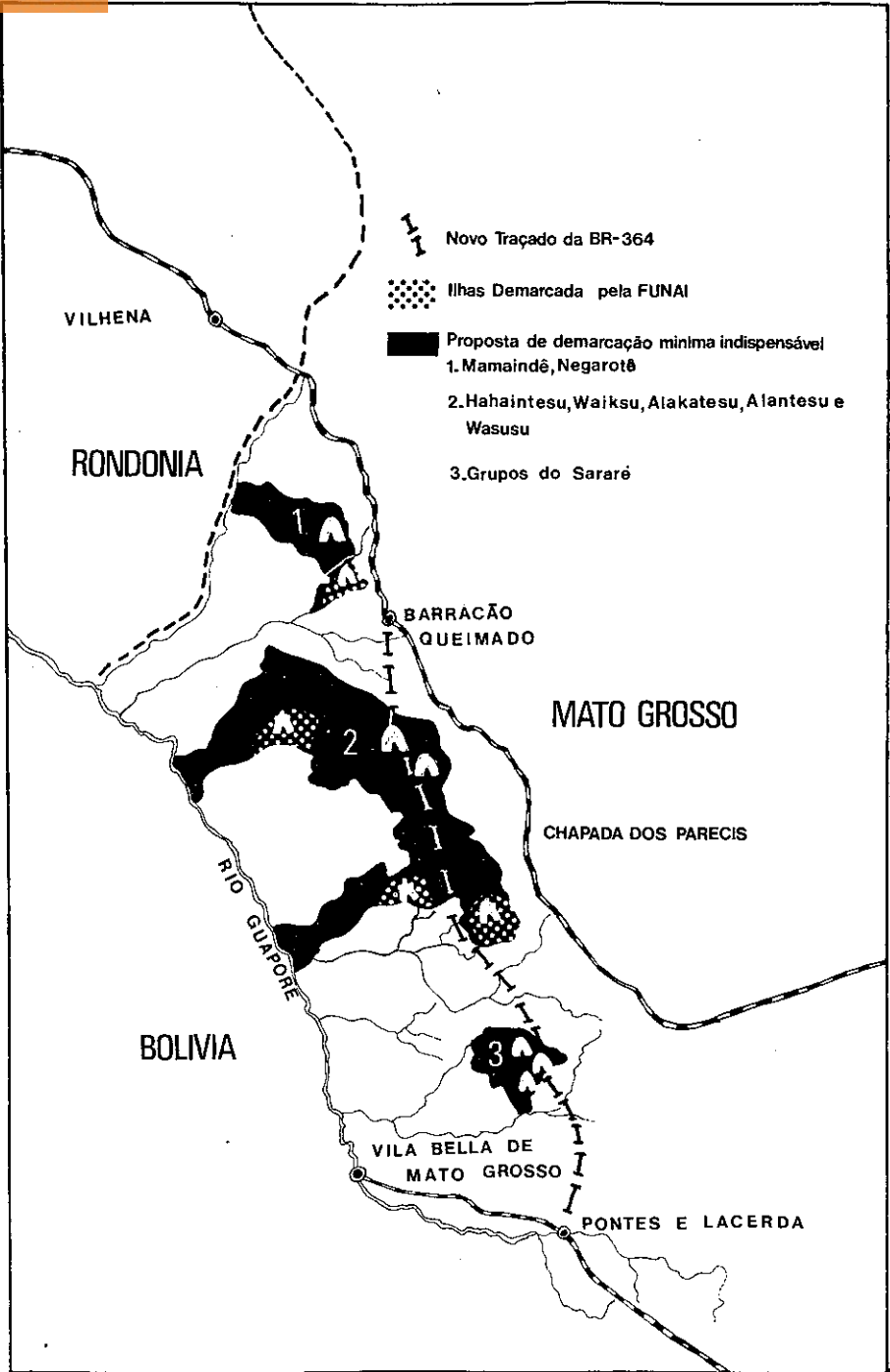
Na oportunidade da visita de Vossa Excelência ao Brasil, no final do ano de 1979, entidades e pessoas ligadas ao indigenismo foram consultadas pelo Sr. Robert J. Goodland, assessor do Banco Mundial, a respeito das possíveis conseqüências das obras de pavimentação da rodovia BR-364 sobre as populações indígenas marginais à estrada. Na mesma ocasião acreditávamos que estivesse sendo concluído o "Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Área de Influências da Ligação Rodoviária Cuiabá-Porto Velho" (Ministério do Interior, Ministério da Agricultura e Ministério dos Transportes — 1979).

As sugestões, comentários e propostas apresentadas ao Sr. Goodland, naquela ocasião, partiam do pressuposto de que a pavimentação se realizaria sobre o traçado da estrada ora em utilização, ou seja, passando pela Chapada dos Parecis.

Neste instante, o movimento indigenista brasileiro ao tomar conhecimento — através do "Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Área de Influência da Ligação Rodoviária Cuiabá-Porto Velho" — da alteração do traçado da rodovia BR-364, que deverá cortar o território do povo Nambiquara, achou por bem formular uma denúncia à presidência do Banco Mundial.

Consideram as entidades indigenistas que, caso se concretize esta mudança no traçado da rodovia BR-364, ficará caracterizado um ato consciente e programado de genocídio.

Ocorre que o povo Nambiquara, a partir da década de 60, principalmente, vem sofrendo por parte do Estado Brasileiro, através de sua agência de desenvolvimento, o Ministério do Interior (FUNAI, SUDAM, SUDECO), um processo sistemático de expropriação de seus territórios, bem como de outras ações que levarão, inexoravelmente, ao seu extermínio. Considera-se que contribuíram para este processo:



- a expedição, pela FUNAI, de Certidões Negativas (documentos que negam a existência de povos indígenas e o seu direito ao território), que autorizaram empresas particulares a se beneficiarem dos incentivos fiscais do governo para implantarem seus projetos agropecuários;
- a venda ilegal de terras pelo governo do Estado de Mato Grosso;
- sucessivas transferências dos grupos indígenas para afastá-los das terras férteis;
- dilapidação dos bens naturais do povo Nambiquara através de Projetos Agropecuários, financiados pelo Governo Brasileiro, que se utilizam tanto de métodos tradicionais quanto de desfolhantes químicos;
- impedimento sistemático, por parte das Agropecuárias, do cultivo das lavouras de subsistência dos índios;
- o descaso e a ineficiência da FUNAI pelas medidas mínimas de proteção à saúde;
- a postergação intencional, pela FUNAI, das providências que objetivem a demarcação do território Nambiquara, cedendo à pressão dos fazendeiros.

A relação acima comprova que tanto o Estado como o empresariado brasileiro vêm agindo contrariamente aos direitos do povo Nambiquara reconhecidos pela legislação indigenista.

Nestas circunstâncias, acreditamos que a passagem da BR-364 dentro do território Nambiquara será o sepultamento definitivo deste povo, com a co-participação do Banco Mundial, exatamente no momento em que se está tentando viabilizar uma proposta de demarcação de reserva que assegure o mínimo do território contínuo necessário à sua sobrevivência. Entendemos que a melhor forma de participação desse Banco neste processo será o de apoio à proposta contida no mapa, em anexo, e a manutenção do traçado original da estrada.

Esta alternativa que ora apresentamos, nos parece a única que atende aos interesses e direitos do povo Nambiquara. Caso contrário a execução do programa proposto pelos Ministérios do Interior, da Agricultura e dos Transportes com o apoio e financiamento do Banco Mundial será, repetimos, um ato genocida consciente e programado.

Comissão de Defesa do Povo Nambiquara
Movimento de Defesa da Amazônia — DF
Conselho Indigenista Missionário
Centro de Trabalho Indigenista — SP
Associação Nacional de Apoio ao Índio — DF
Comissão Pró-Índio — SP
Universidade Católica de Goiás
Comissão Pró-Parque Yanomami — SP
Centro de Documentação e Pesquisas Indígenas — Campinas
Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de S. Paulo
Associação Brasileira de Antropologia
Operação Anchieta